



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Marabá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Marabá x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Marabá x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Marabá x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Marabá x RI Carajás x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Marabá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Marabá, a taxa de pobreza iniciou 2019 em 24,8%, caindo para 22,9% em 2020. Após leve alta para 23,7% em 2021, houve um salto expressivo em 2022, atingindo 36,2%, e uma posterior redução para 28,8% em 2023. Na Região de Integração Carajás, oscilou de 30,5% em 2019 para 29,8% em 2020, subindo depois para 31,2% em 2021, alcançando 37,5% em 2022, com recuo para 28,9% em 2023. No estado do Pará, a taxa manteve-se acima de 40% entre 2019 e 2021, subindo bruscamente para 59,5% em 2022, antes de cair para 43,8% em 2023. A tendência geral revela um agravamento

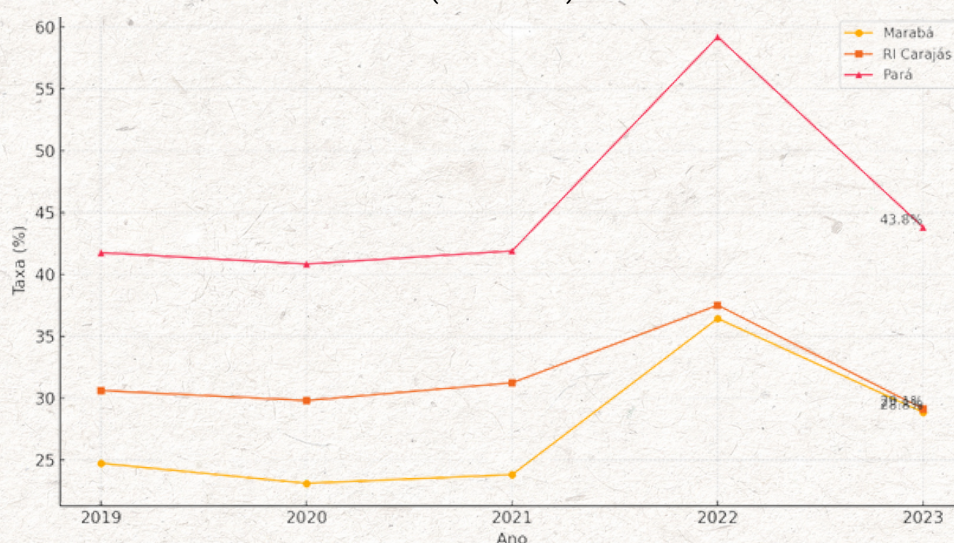
significativo em 2022, com recuperação parcial em 2023, porém sem retornar aos níveis pré-pandemia (Gráfico 1).

Essa trajetória revela o impacto da pandemia da COVID-19 sobre a pobreza em todas as escalas, com ênfase no salto observado em 2022. O caso de Marabá mostra uma retomada mais eficaz em 2023, ficando abaixo de 30%, o que representa uma melhora relativa. A RI Carajás teve trajetória similar, também com recuo expressivo. Já o estado do Pará, embora tenha reduzido sua taxa em 15,7 pontos percentuais entre 2022 e 2023, ainda apresenta um pa-



tamar elevado. A disparidade entre o estado e os recortes locais indica que Marabá e sua RI conseguiram preservar ou recuperar melhor suas condições socioeconômicas em comparação ao conjunto estadual (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

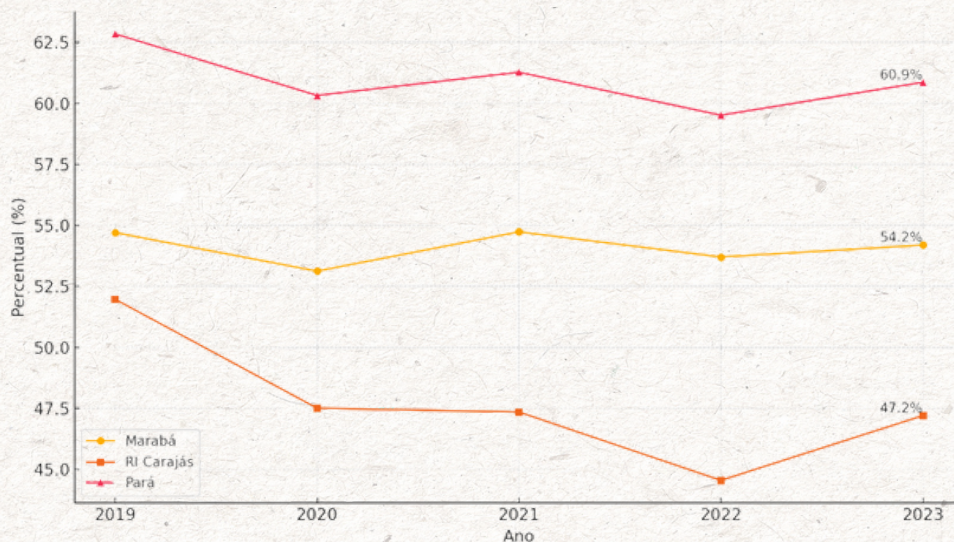
Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Marabá iniciaram em 2019 com 54,9% do total, recuando para 53,1% em 2020. Houve leve alta para 54,8% em 2021, seguido de nova queda para 53,5% em 2022 e recuperação para 54,2% em 2023. Na RI Carajás, o indicador caiu de 51,9% em 2019 para 47,4% em 2020, mantendo-se estável em 2021, caindo novamente para 44,4% em 2022, e finalmente subindo para 47,2% em 2023. No Pará, a série começa em 62,8% em 2019, com queda acentuada para 60,4% em 2020, uma leve alta para 61,4% em 2021, queda para 59,5% em 2022 e, por fim, alta para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Observa-se que Marabá manteve um padrão de oscilação em torno de 54%, sem perdas expressivas na destinação de recursos aos serviços essenciais. A RI Carajás apresentou maior instabilidade e declínio contínuo até 2022, com leve retomada em 2023. Já o estado do Pará teve maior capacidade de manutenção de seus percentuais, ainda que em patamar decrescente até 2022, seguido de leve recuperação. Esses dados sugerem que, embora tenha havido redução de investimentos em serviços essenciais em todas as esferas analisadas, Marabá demonstrou resiliência maior do que sua RI, mantendo seus percentuais estáveis (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

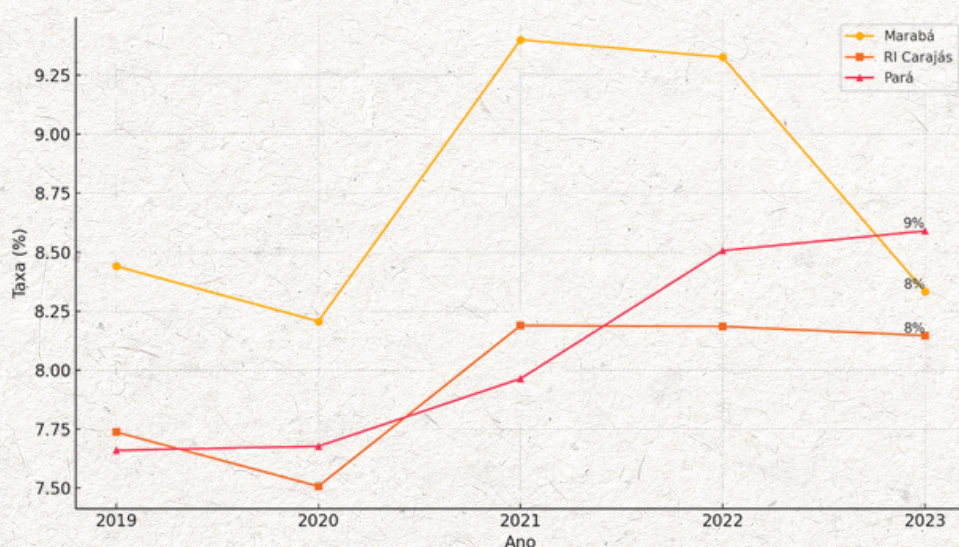
Em Marabá, a taxa era de 8,4% em 2019, caindo para 8,2% em 2020, mas subindo acentuadamente para 9,4% em 2021, mantendo patamar elevado em 2022 (9,3%) e diminuindo para 8,3% em 2023. Na RI Carajás, a série começou em 7,7% em 2019, caindo para 7,5% em 2020, com alta para 8,2% em 2021, mantendo-se em 8,2% em 2022 e caindo levemente para 8% em 2023. Já o estado do Pará partiu de 7,7% em 2019, com estabilidade até 2020, aumento para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e 9% em 2023 (Gráfico 3).

A análise revela que Marabá

tem se mantido acima da média estadual em quase todo o período, com uma tendência crescente até 2022 e apenas discreta melhora em 2023. A RI Carajás apresenta patamar mais estável e inferior ao estadual e municipal. No caso do estado do Pará, observa-se crescimento contínuo, chegando a igualar Marabá no final da série. Isso pode indicar deterioração geral nas condições de pré-natal e saúde neonatal em toda a região, com destaque para a necessidade de políticas específicas em Marabá, onde o problema é mais acentuado (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

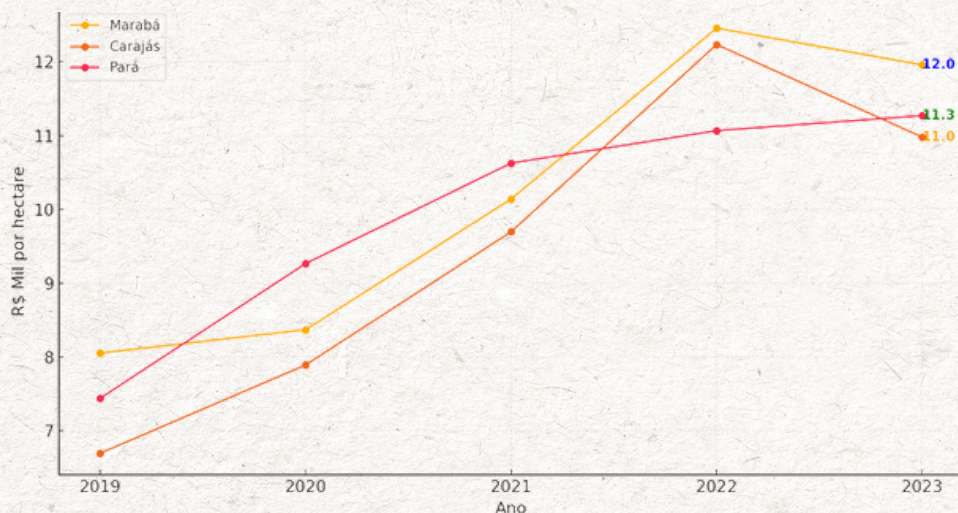
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Marabá iniciou com produtividade de R\$ 8,1 mil/hectare em 2019, subindo para R\$ 8,4 mil em 2020, R\$ 10,3 mil em 2021 e alcançando o pico de R\$ 12,4 mil em 2022, encerrando 2023 com R\$ 12 mil. Na RI Carajás, o crescimento foi de R\$ 6,7 mil em 2019 para R\$ 7,9 mil em 2020, R\$ 9,7 mil em 2021, R\$ 12,2 mil em 2022 e recuo para R\$ 11 mil em 2023. O estado do Pará registrou R\$ 7,4 mil em 2019, com progressão constante: R\$ 9,2 mil (2020), R\$ 10,6 mil (2021), R\$ 11,1 mil (2022) e R\$ 11,3 mil (2023) (Gráfico 4).

A trajetória demonstra avanço sustentado da

produtividade agrícola, com destaque para Marabá e sua RI, que superaram o estado em todos os anos. Marabá, especialmente, alcançou valores superiores a R\$ 12 mil por hectare em 2022 e 2023, consolidando-se como polo de destaque. A leve retração em 2023 pode estar ligada a fatores climáticos ou de mercado, mas não compromete a tendência de alta no ciclo de cinco anos. O crescimento mais linear e moderado do Pará indica que o dinamismo agrícola está mais concentrado em regiões específicas como Carajás, onde políticas de incentivo e estrutura agrícola parecem estar surtindo efeito (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

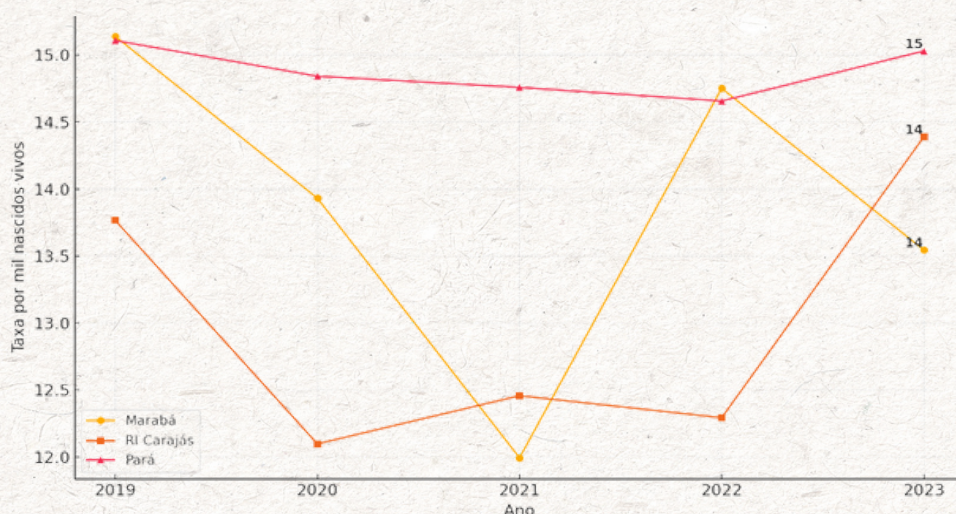
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Marabá, a taxa de mortalidade infantil era de 15,1 por mil nascidos vivos em 2019, caindo para 13,9 em 2020 e atingindo o ponto mais baixo da série em 2021, com 12. No entanto, houve um aumento considerável em 2022, com a taxa subindo para 14,7, seguida de uma leve melhora em 2023, com redução para 14. A Região de Integração Carajás apresentou trajetória semelhante, com 13,8 em 2019, redução para 12,1 em 2020 e oscilando entre 12,4 e 12,3 até 2022, antes de subir para 14 em 2023. No Pará, a taxa variou pouco, iniciando em 15,1 em 2019 e encerrando em 15 em 2023 (Gráfico 5).

Apesar da tendência de queda entre 2019 e 2021, os dados de 2022 e 2023 apontam um retrocesso, sobretudo em Marabá e sua RI, sugerindo fragilidade no atendimento neonatal ou impacto de fatores externos, como a pandemia. A estabilidade do indicador em nível estadual contrasta com a oscilação nos níveis municipal e regional, indicando que as variações locais podem estar ligadas à gestão específica dos serviços de saúde infantil. Ainda assim, Marabá encerrou 2023 com taxa inferior à do estado, mas com sinal de alerta quanto à tendência (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

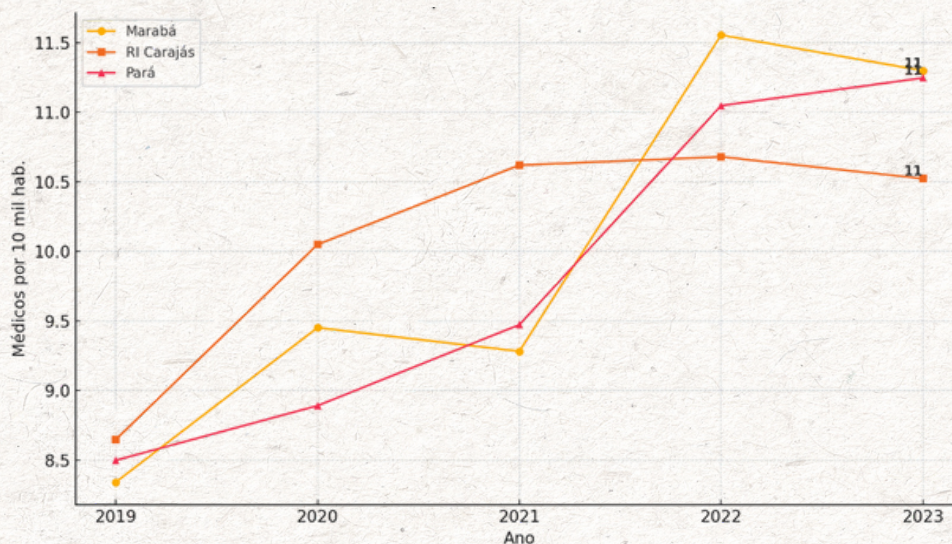
Marabá começou 2019 com 8,4 médicos por 10 mil habitantes, número que cresceu para 9,4 em 2020, caiu levemente para 9,3 em 2021 e subiu expressivamente para 11,6 em 2022. Em 2023, houve discreta redução para 11,4. A RI Carajás teve evolução estável: partiu de 8,6 em 2019, subiu continuamente até 10,6 em 2021 e 2022, e reduziu para 11 em 2023. O Pará teve trajetória similar, com crescimento de 8,5 (2019) para 11,2 (2023) (Gráfico 6).

A evolução positiva na razão médico-ha-

bitante demonstra avanços consistentes na ampliação da cobertura médica em todos os níveis territoriais. Marabá apresentou crescimento mais acentuado, atingindo o pico em 2022, superando tanto a RI quanto o estado. Isso pode refletir políticas locais voltadas à contratação ou fixação de profissionais de saúde. A leve queda em 2023 não compromete a tendência de médio prazo, indicando um patamar elevado e estabilidade na oferta médica (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Marabá, o número de vagas no ensino público caiu de 210,8 por mil habitantes em 2019 para 210,4 em 2020 e 198,7 em 2021. Em 2022 houve uma recuperação, atingindo 213,3, mas em 2023 o indicador recuou bruscamente para 193. A RI Carajás iniciou com 238,4 em 2019, mantendo-se acima de 230 até 2021, caindo para 219 em 2022 e para 197 em 2023. O Pará partiu de 211,7 em 2019 e chegou a 198,1 em 2023, também revelando declínio (Gráfico 7).

Os dados indicam uma re-

tração generalizada na oferta de vagas públicas por mil habitantes, com destaque para a queda acentuada em 2023, especialmente em Marabá. Apesar da recuperação pontual em 2022, a tendência aponta para redução da capacidade de atendimento da rede pública de ensino. A perda pode estar associada a fatores demográficos, reestruturações na rede escolar ou cortes orçamentários. A queda simultânea nos três níveis sugere um fenômeno mais amplo e sistêmico (Gráfico 7).

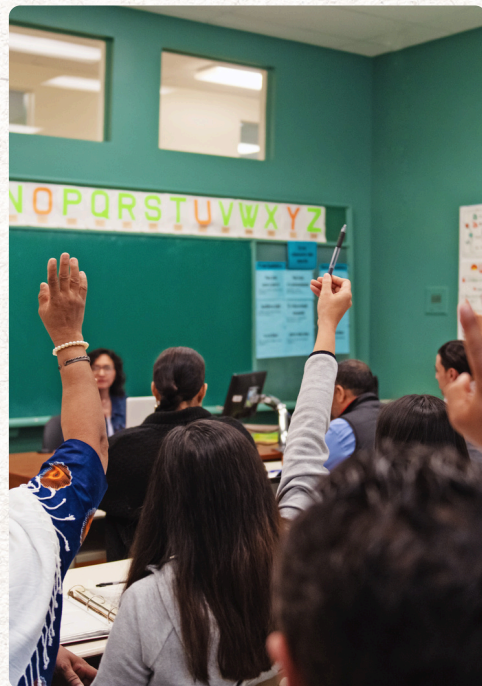
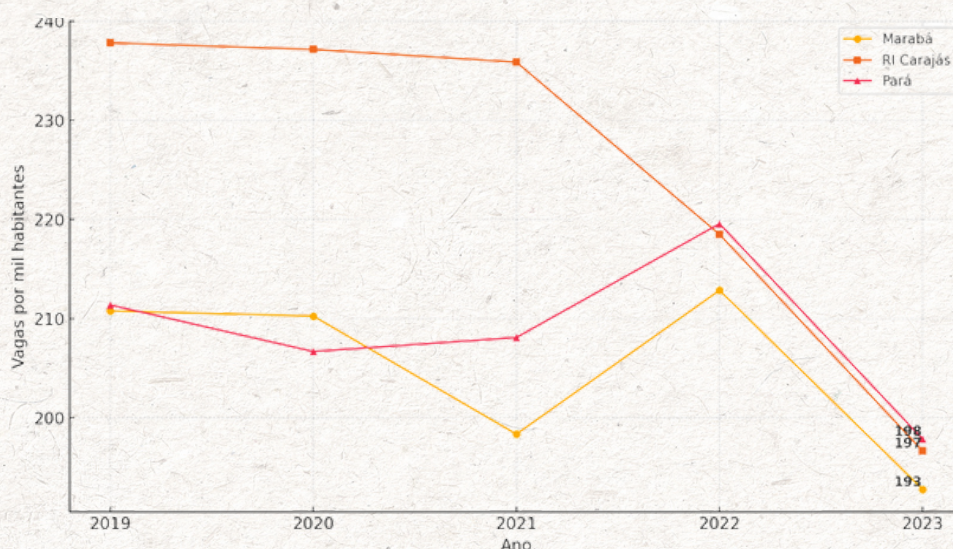


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 193 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

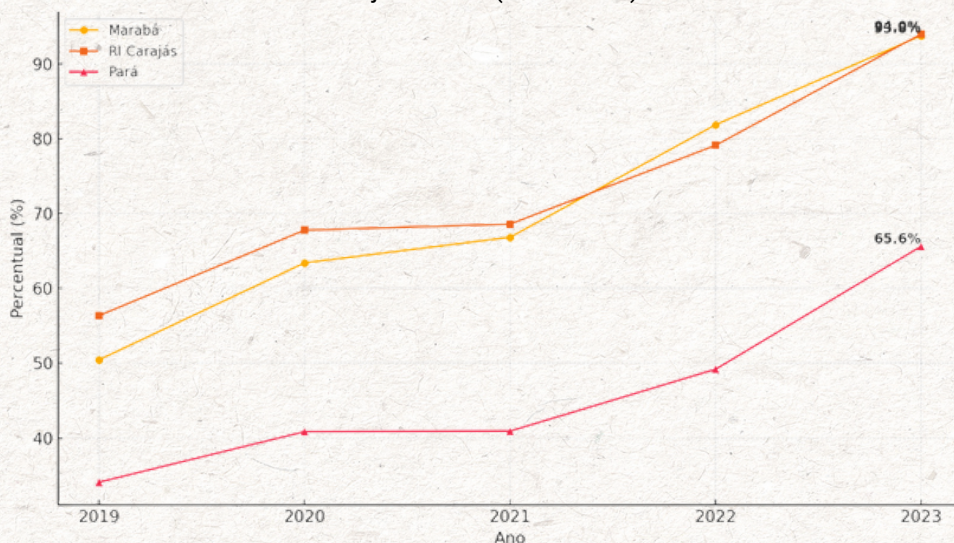
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Marabá, o percentual de escolas com internet cresceu de 50% em 2019 para 63,4% em 2020, 66,8% em 2021, 81,4% em 2022 e atingiu 93,8% em 2023. A RI Carajás apresentou percentuais maiores no início da série, com 57% em 2019, alcançando 94,0% em 2023. O estado do Pará, embora com valores mais baixos, evoluiu de 34,4% em 2019 para 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

O crescimento contínuo do acesso à in-

ternet nas escolas, especialmente em Marabá e sua RI, reflete investimentos na digitalização do ensino, provavelmente impulsionados pela necessidade de ensino remoto durante a pandemia. Marabá alcançou quase universalização do acesso em 2023, o que representa um avanço relevante em infraestrutura educacional. O Pará, embora tenha evoluído, ainda está distante dos níveis locais, apontando para desigualdades territoriais que merecem atenção (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 93,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

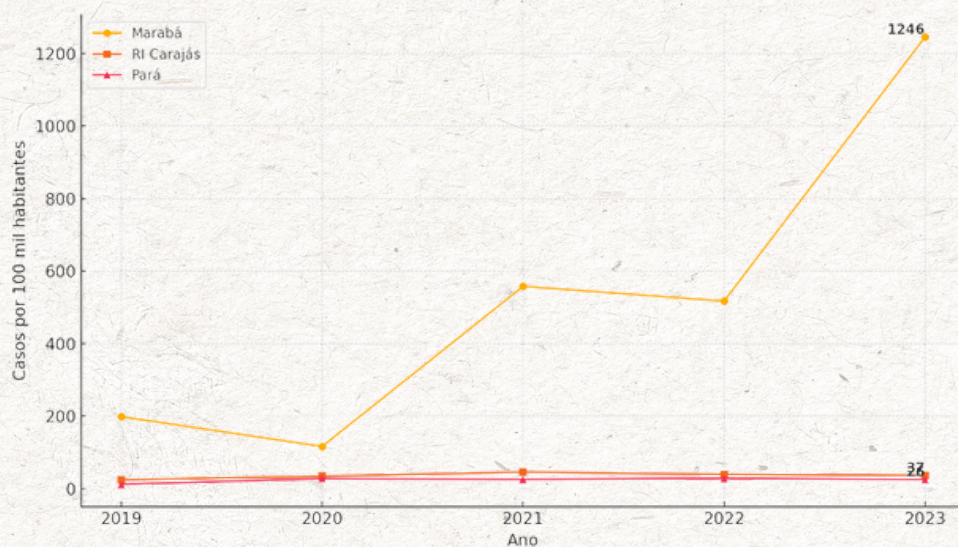


Em Marabá, o indicador apresentou forte crescimento: de 200 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 1246 em 2023. Houve um recuo para 120,7 em 2020, seguido por elevações expressivas em 2021 (564,5) e 2022 (516,3). A Região de Integração Carajás manteve-se mais estável, oscilando de 34,2 em 2019 para 37 em 2023. O Pará também demonstrou estabilidade, variando de 27,2 em 2019 para 32,4 em 2023 (Gráfico 9).



A discrepância dos dados de Marabá em relação aos demais recortes territoriais chama atenção. Enquanto a média estadual e regional permaneceu baixa e relativamente estável, o município teve uma explosão de notificações a partir de 2021. Isso pode refletir tanto um aumento real da violência quanto a melhoria nos mecanismos de denúncia e registro. Em todo caso, o salto de mais de 1000 casos entre 2020 e 2023 exige investigação e ação urgente (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.246 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

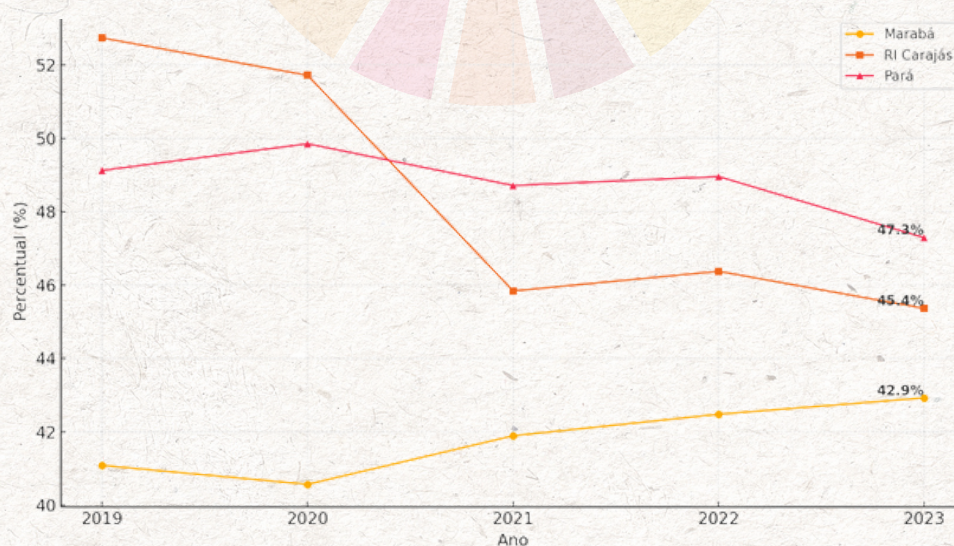
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Marabá, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres cresceu de 41,2% em 2019 para 42,9% em 2023, com pequenas oscilações no período. A RI Carajás começou com 52,7% em 2019, caiu para 45,9% em 2021, mantendo-se próxima disso até 2023, com 45,4%. Já o Pará registrou pequena variação positiva entre 2019 (49,1%) e 2022 (49,0%), terminando em 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A análise mostra que Marabá apresentou evolução lenta, mas contínua, embora ainda abaixo dos percentuais estadual e regional. A RI Carajás, por outro lado, teve expressiva queda entre 2019 e 2021, mantendo depois certa estabilidade, mas sem recuperar o nível inicial. O estado do Pará teve maior estabilidade ao longo dos anos, oscilando em torno de 48%. O cenário indica avanços moderados em Marabá, mas também alerta para a perda de espaço das mulheres em cargos gerenciais na região como um todo (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

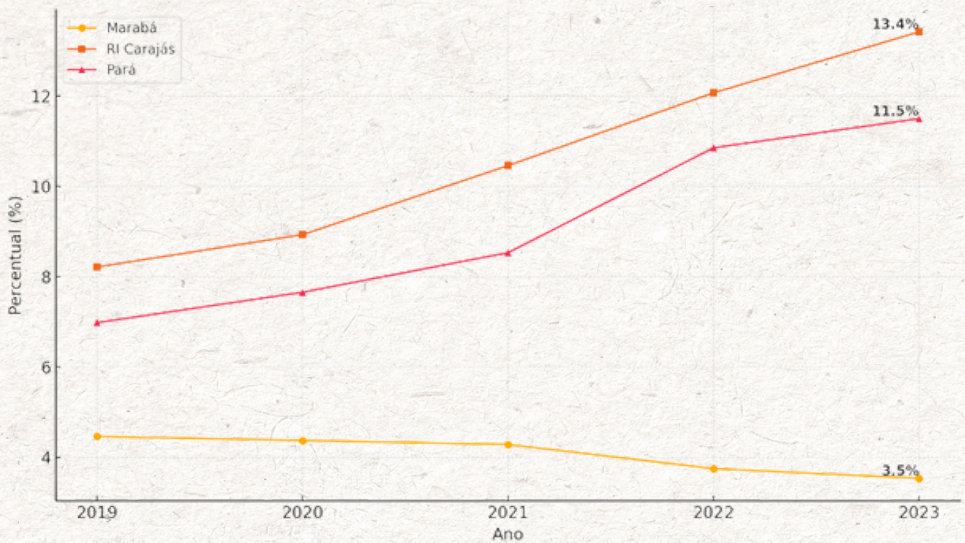
Em Marabá, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto caiu de 4,5% em 2019 para 3,5% em 2023, com redução progressiva ano a ano. Em contrapartida, a RI Carajás apresentou elevação de 8,2% para 13,4% no mesmo período. No estado do Pará, o crescimento também foi contínuo: de 7% em 2019 para 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Marabá segue na contramão da tendência estadual e regional, evidenciando retrocesso no atendimento às populações mais vulneráveis. Enquanto RI e estado avançaram significativamente, o município reduziu o atendimento. Isso pode indicar estagnação de investimentos em saneamento em áreas periféricas ou de baixa renda. A situação de Marabá merece atenção específica, pois compromete os indicadores de saúde e qualidade de vida urbana (Gráfico 11).





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

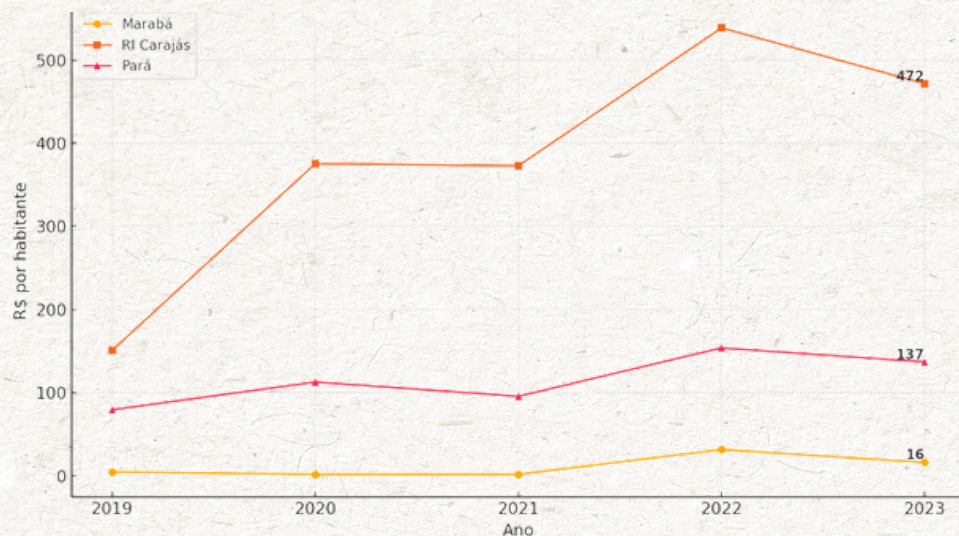
Em Marabá, os gastos foram praticamente nulos de 2019 a 2021, com valores inferiores a R\$ 2. Apenas em 2022 houve aumento expressivo para R\$ 34, seguido de queda para R\$ 16 em 2023. A RI Carajás teve crescimento acentuado, partindo de R\$ 152 em 2019 para R\$ 472 em 2023. Já o estado do Pará oscilou entre R\$ 82 (2019) e R\$ 137 (2023), com aumento consistente (Gráfico 12).

Esses dados explicam, em

parte, o retrocesso de Marabá na cobertura de esgoto: os investimentos municipais em saneamento foram insignificantes até recentemente. O salto de 2022 revela uma tentativa de correção, mas o corte em 2023 compromete a continuidade. Enquanto isso, a RI Carajás investe de forma robusta e contínua, assim como o estado do Pará. A situação de Marabá revela uma falha de gestão pública nessa área essencial (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

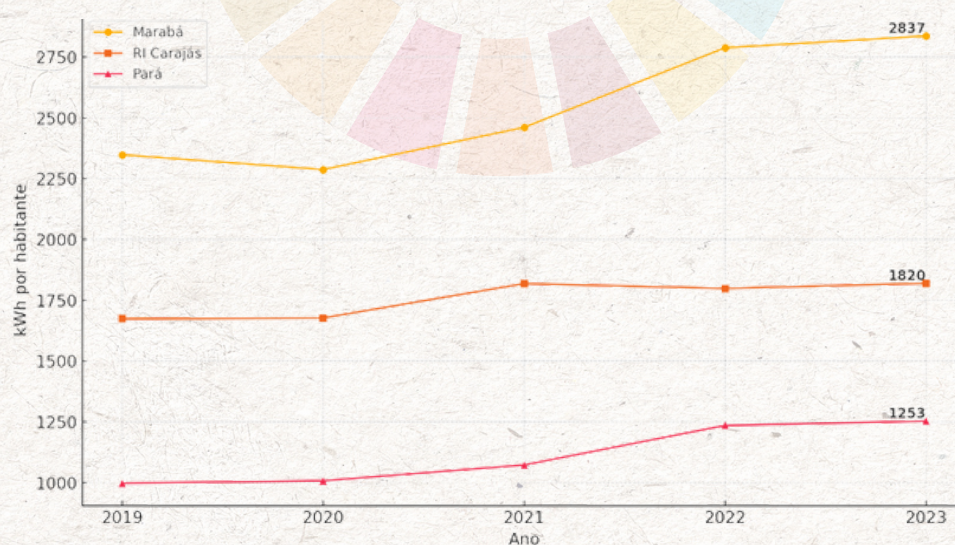


Em Marabá, o consumo per capita de energia elétrica cresceu de forma consistente entre 2019 e 2023, partindo de 2.339 kWh/hab. em 2019 para 2.837 kWh/hab. em 2023. Após uma leve queda em 2020 (2.288 kWh/hab.), observou-se um aumento expressivo nos anos seguintes, com destaque para 2022, que registrou 2.788 kWh/hab., representando um salto de 22% em relação a 2020. Esse crescimento pode indicar expansão do acesso à energia, aumento da atividade econômica ou maior consumo residencial (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração de Carajás, o consumo era de 1.685 kWh/hab. em 2019 e oscilou levemente até atingir 1.820 kWh/hab. em 2023, mostrando crescimento moderado de 8%. Já no estado do Pará, o consumo aumentou de 980 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, um avanço de 28%. Embora inferior em valor absoluto, o ritmo de crescimento estadual foi mais acentuado. A diferença entre os níveis territoriais evidencia desigualdades no acesso e uso da energia elétrica, com Marabá acima da média regional e estadual (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2.837 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

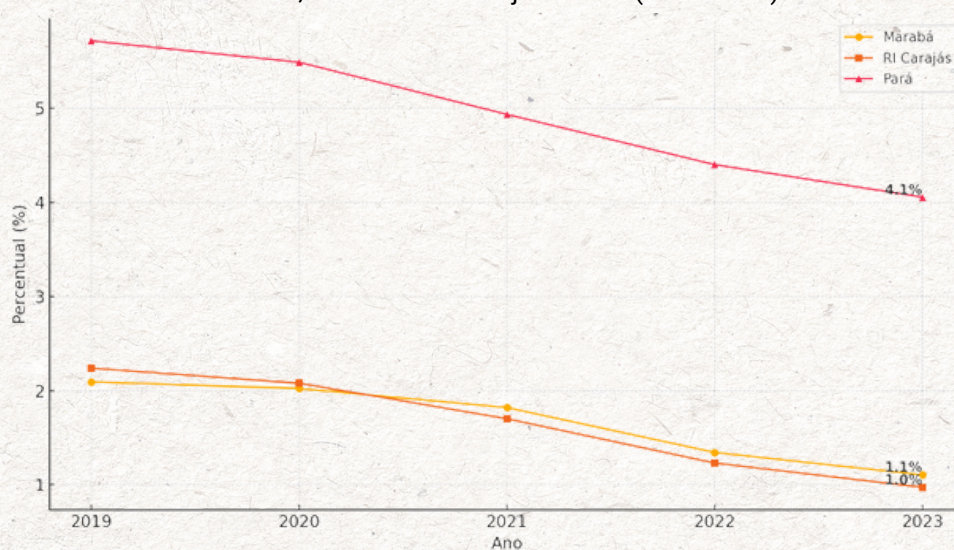
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Marabá, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil caiu de 2,1% em 2019 para 1,0% em 2023. A redução foi constante ao longo dos anos, com destaque para a queda de 1,8% em 2021 para 1,3% em 2022. Essa trajetória positiva sinaliza avanços na universalização do acesso à eletricidade, beneficiando especialmente a população mais vulnerável e contribuindo para a redução das desigualdades energéticas (Gráfico 14).

Na RI Carajás, o percentual caiu de 2,2% em 2019 para 1,1% em 2023, com trajetória semelhante à de Marabá. Já no estado do Pará, o indicador era de 5,7% em 2019 e recuou para 4,1% em 2023, ainda mantendo níveis superiores. Apesar da tendência de queda, os dados indicam que a população paraense de baixa renda ainda enfrenta maiores desafios no acesso à energia regular, o que evidencia a necessidade de políticas públicas direcionadas à eletrificação de áreas carentes (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

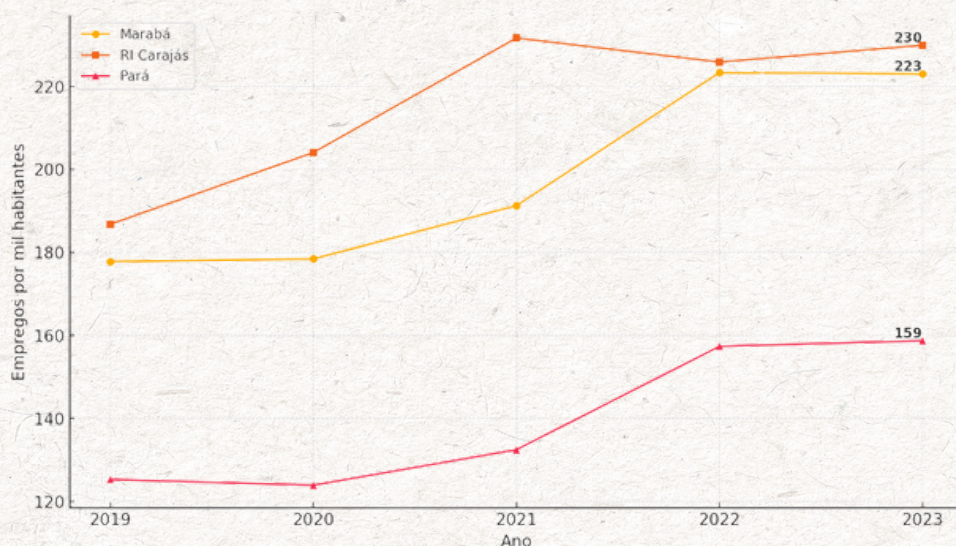


Empregos Formais por Mil Habitantes

No estado do Pará, o índice partiu de um patamar inferior, com 125 empregos por mil habitantes em 2019 e manteve-se praticamente estável em 2020 (124). A partir de 2021, observa-se recuperação, com crescimento para 132, e avanço mais expressivo em 2022 (157) e 2023 (159). A variação entre 2020 e 2023 foi de 28,2%, o que mostra um esforço de recuperação do emprego formal. Ainda assim, a distância em relação a Marabá e à RI Carajás permanece alta, evidenciando desigualdades estruturais no mercado de trabalho formal no Pará. O destaque fica para o município, que se aproxima dos níveis da própria região à qual pertence (Gráfico 15).

Em Marabá, o número de empregos formais por mil habitantes manteve-se estável entre 2019 (178) e 2020 (178), mas cresceu de forma significativa nos anos seguintes, alcançando 190 em 2021 e saltando para 223 em 2022. Esse crescimento representa um avanço de 25% entre 2020 e 2022. Em 2023, o índice estabilizou-se em 223, indicando uma possível consolidação do mercado de trabalho formal no município. A Região de Integração de Carajás iniciou com 187 empregos formais por mil habitantes em 2019 e apresentou crescimento contínuo, atingindo 230 em 2023. A tendência regional é mais elevada, refletindo o dinamismo econômico da área (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 223 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Marabá apresentou crescimento expressivo ao longo do período. Em 2018, o valor era de R\$ 32.087, subindo para R\$ 40.939 em 2019 e alcançando R\$ 45.999 em 2020. Em 2021, o crescimento foi mais tímido (R\$ 47.495), mas em 2022 o valor saltou para R\$ 57.205, refletindo um aumento acumulado de 78% em relação a 2018. Na Região de Integração de Carajás, os valores foram bem superiores: o PIB per capita passou de R\$ 51.409 em 2018 para R\$ 70.187 em 2019, R\$ 110.168 em 2020 e R\$ 149.973

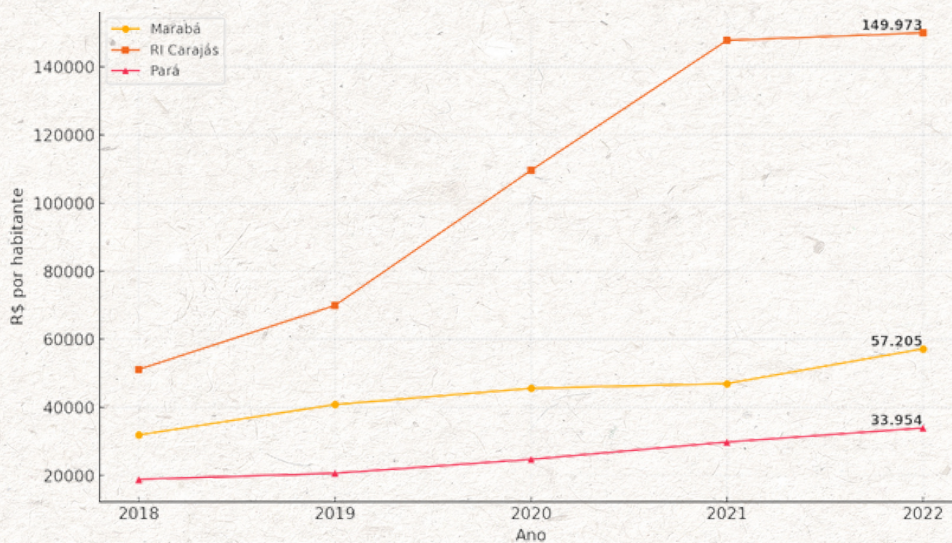


em 2022. Esse patamar revela a forte concentração econômica da região (Gráfico 16).

No estado do Pará, o crescimento foi mais moderado, embora constante. O PIB per capita era de R\$ 18.129 em 2018, passando para R\$ 19.928 em 2019, R\$ 25.208 em 2020, R\$ 29.744 em 2021 e R\$ 33.954 em 2022. Houve um crescimento acumulado de 87% no período, embora em valores absolutos ainda muito abaixo da RI Carajás e de Marabá. Essa diferença evidencia a concentração econômica nas regiões mineradoras, como Ca-



Gráfico16 - PIB per capita, Marabá x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 57.205/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

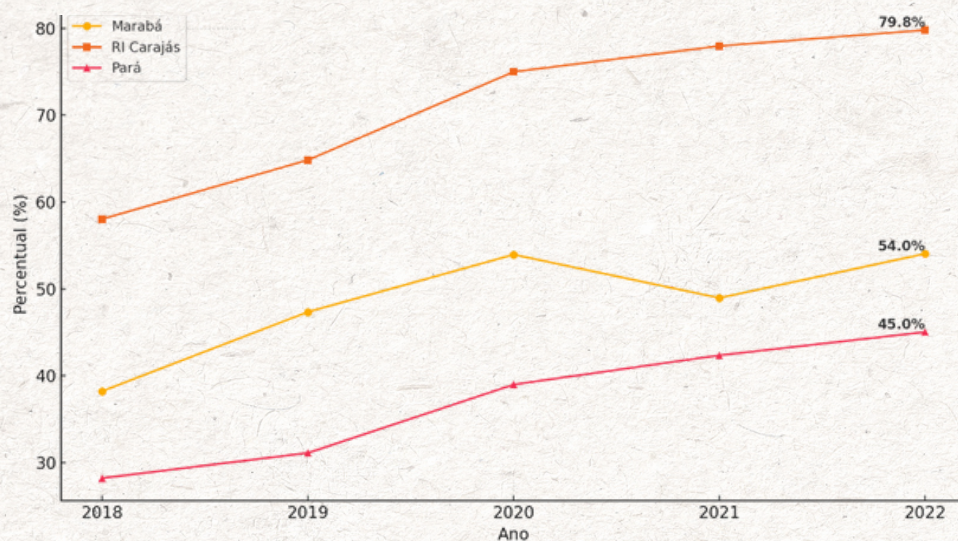


Em Marabá, a participação da indústria no PIB cresceu de 38,3% em 2018 para 47,4% em 2019 e chegou a 53,4% em 2020. Houve uma leve retração em 2021 (49,0%), mas o percentual voltou a subir em 2022, alcançando 54,0%. Isso mostra que, apesar das oscilações, a indústria mantém papel central na economia municipal. Na RI Carajás, o peso da indústria foi ainda mais expressivo: partiu de 58,0% em 2018, atingindo 64,7% em 2019, 75,5% em 2020, e chegando a 79,8% em 2022. Esse crescimento evidencia o impacto do setor mineral e metalúrgico na região (Gráfico 17).

Já no estado do Pará, o Valor Adicionado da Indústria no PIB era de 28,2% em 2018 e cresceu de forma contínua, com 30,8% em 2019, 38,7% em 2020, 42,1% em 2021 e 45,0% em 2022. Isso representa um crescimento de quase 17 pontos percentuais no período. Apesar disso, o estado ainda apresenta uma estrutura econômica mais diversificada e menos industrializada que a RI Carajás. A comparação entre os três níveis territoriais mostra que a força industrial está concentrada nas regiões com atividades mineradoras, o que traz oportunidades, mas também desafios de diversificação e sustentabilidade econômica (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Marabá x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Marabá, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes começou em 2019 com 20,4 e sofreu uma queda em 2020, chegando a 18,6. A partir de 2021, houve um crescimento acentuado: 21,1 em 2021, 24,8 em 2022 e, finalmente, 25,0 em 2023. Isso representa um aumento acumulado de 34,4% desde o pon-

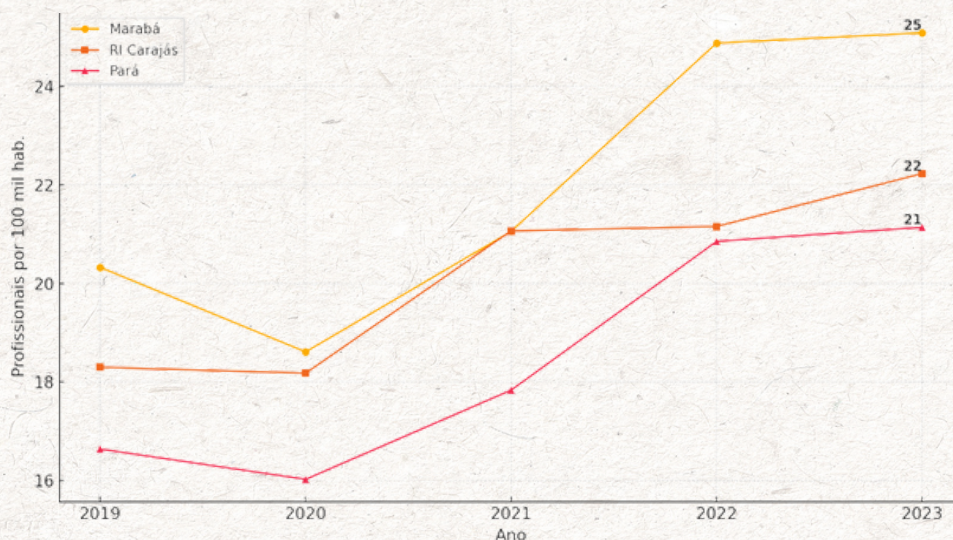


to mais baixo em 2020. Esse avanço sinaliza a valorização das áreas científicas e pode estar ligado ao fortalecimento da educação superior e da inovação local. Marabá encerrou o período com o maior valor entre os três territórios analisados (Gráfico 18).

A Região de Integração de Carajás apresentou estabilidade entre 2019 e 2020, com 18,4 e 18,3 profissionais por 100 mil hab., respectivamente. Em 2021 e 2022, subiu para 21,1, mantendo-se constante, e alcançou 22,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou os menores valores, partindo de 16,7 em 2019, com queda para 16,0 em 2020, e subsequente recuperação: 17,9 em 2021, 20,9 em 2022 e 21,0 em 2023. Os dados indicam uma tendência de fortalecimento do setor científico, embora com níveis ainda modestos em termos populacionais (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

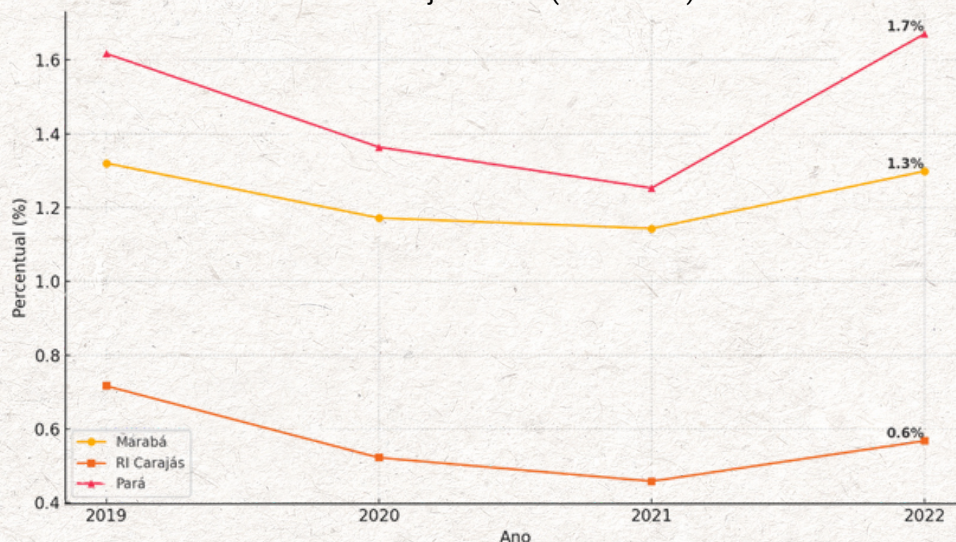


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Marabá, a massa salarial formal em relação ao PIB teve queda entre 2019 (1,32%) e 2021 (1,15%), refletindo possivelmente uma desaceleração dos salários frente ao crescimento do PIB. No entanto, houve recuperação em 2022, atingindo 1,30%, retomando quase o patamar inicial. A RI Carajás apresentou valores bem inferiores: de 0,71% em 2019 caiu para 0,45% em 2021, com leve alta em 2022 para 0,58%. Essa discrepância aponta que, embora haja alta produtividade na região, ela não se traduz proporcionalmente em massa salarial formal (Gráfico 19).

O estado do Pará começou com 1,62% em 2019 e apresentou queda sucessiva até 2021 (1,26%), recuperando-se para 1,70% em 2022 o maior valor entre os três recortes naquele ano. Isso indica uma melhora na remuneração ou no volume de vínculos formais em relação ao PIB estadual. A comparação mostra que Marabá se aproxima da média estadual, enquanto Carajás se destaca negativamente, possivelmente por conta da alta concentração de capital em setores de baixa intensidade de mão de obra. O indicador sugere desafios em distribuir de forma mais equitativa os frutos do crescimento econômico (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

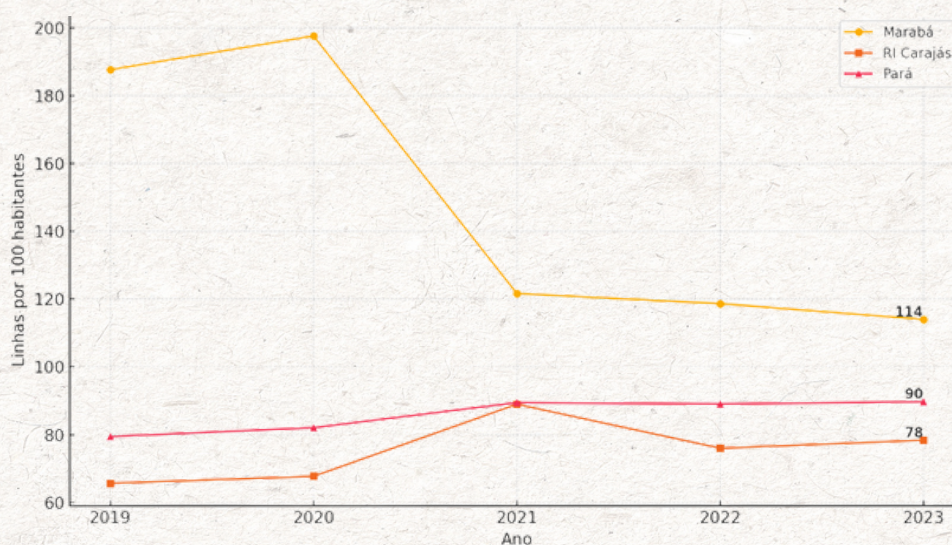
Em Marabá, o acesso à telefonia móvel apresentou queda acentuada ao longo do período. Em 2019, o município registrava 188 linhas por 100 habitantes, chegando ao pico de 197 em 2020. No entanto, a partir de 2021 houve uma redução expressiva para 122 linhas, com continuidade da queda em 2022 (119) e 2023 (114). Essa tendência pode refletir mudanças no mercado, como fusões de linhas, adoção de planos compartilhados ou maior uso da internet. Mesmo assim, Marabá ainda mantém índices superiores à média estadual (Gráfico 20).

Na RI Carajás, o crescimento foi registrado até 2021, quando passou de 65 linhas em 2019 para 89 em 2021, mas caiu para 75 em 2022 e subiu levemente para 78 em 2023. No estado do Pará, o acesso aumentou gradualmente de 80 linhas em 2019 para 90 em 2023, sem grandes variações negativas. Isso mostra uma estabilidade maior no nível estadual em comparação ao município. O cenário sugere uma transição tecnológica e mudanças no perfil de consumo dos serviços móveis em níveis local e regional (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

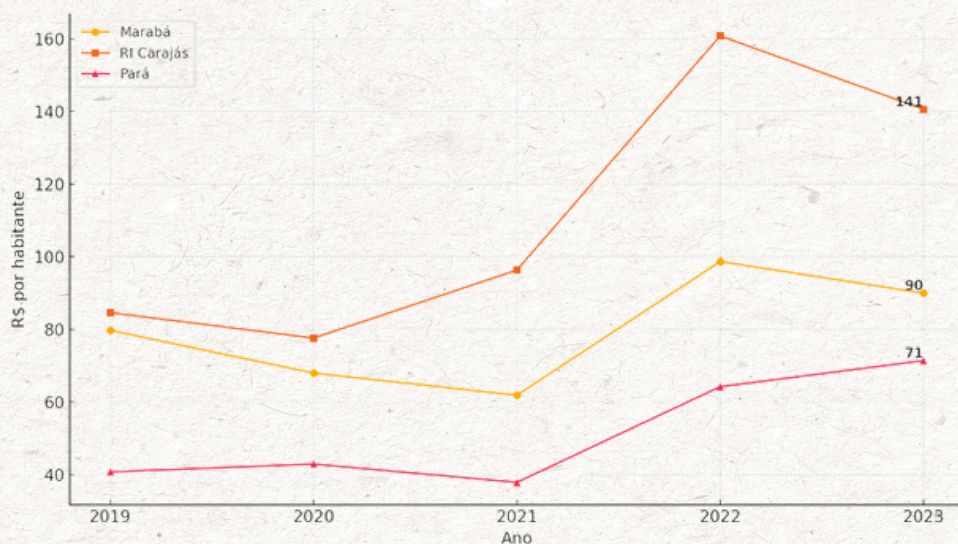
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 114 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Marabá, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou variação significativa. Em 2019, o valor era de R\$ 80 por habitante, caindo para R\$ 69 em 2020 e R\$ 62 em 2021. Houve forte recuperação em 2022, quando atingiu R\$ 99, mas recuou novamente para R\$ 90 em 2023. O comportamento oscilante indica instabilidade orçamentária ou mudanças nas prioridades de investimento municipal. Apesar das flutuações, o valor final de 2023 é superior ao registrado em 2021 (Gráfico 21).

A RI Carajás teve aumento mais expressivo, partindo de R\$ 85 em 2019, mantendo R\$ 78 em 2020, e subindo para R\$ 96 em 2021. O ápice foi em 2022 com R\$ 160, seguido de um leve recuo para R\$ 141 em 2023. O estado do Pará teve crescimento gradual: de R\$ 40 em 2019 para R\$ 71 em 2023, o que representa uma valorização do setor em âmbito estadual. A evolução evidencia um maior esforço de investimento no setor ambiental e cultural em níveis regionais, com destaque para Carajás (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

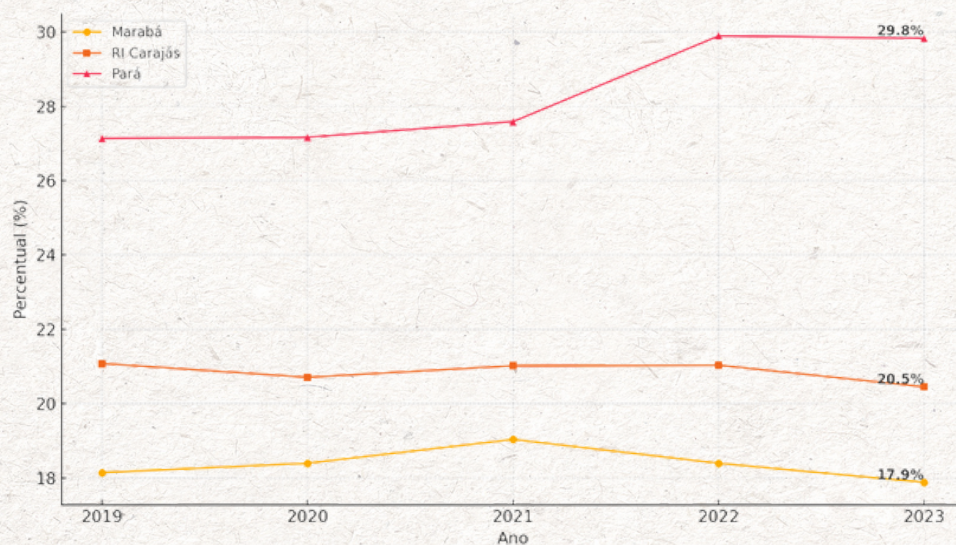


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Marabá, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo teve leve oscilação. O índice passou de 18,1% em 2019 para 18,4% em 2020 e atingiu 19,1% em 2021. Após esse pico, houve uma melhora, com redução para 18,3% em 2022 e 17,9% em 2023. Ainda que as variações sejam pequenas, a tendência final é de leve melhora. Isso pode indicar ampliação do acesso à coleta de resíduos ou ações locais de saneamento (Gráfico 22).

Na RI Carajás, o comportamento foi relativamente estável: 21,1% em 2019, 20,7% em 2020, mantendo-se em 21,1% entre 2021 e 2022, e reduzindo-se ligeiramente para 20,5% em 2023. Já o estado do Pará apresenta valores muito superiores: de 27,1% em 2019, manteve-se nesse patamar até 2020, subiu para 27,6% em 2021 e teve aumento mais acentuado para 29,8% em 2022 e 2023. Esse cenário indica que, em termos estaduais, a precariedade na destinação do lixo entre a população mais vulnerável tem se agravado (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

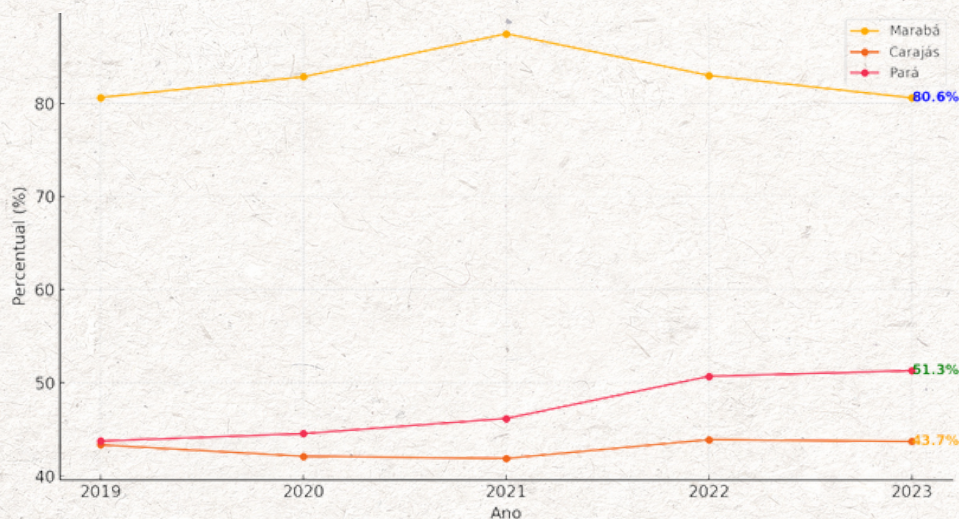
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Marabá apresentou uma das maiores proporções de baixa renda com fossa rudimentar no período analisado. Em 2019, o índice era de 80,5%, subindo para 82,7% em 2020 e alcançando o pico de 86,9% em 2021. Nos dois anos seguintes, houve redução: 83,1% em 2022 e 80,6% em 2023. Ainda que haja leve melhora recente, o valor continua muito elevado, sinalizando sérias deficiências no saneamento básico da população vulnerável no município (Gráfico 23).

Na RI Carajás, o cenário foi mais estável, com variação entre 43,2% em 2019 e 43,7% em 2023. No estado do Pará, a proporção aumentou de 43,5% em 2019 para 51,3% em 2023, com crescimento contínuo a partir de 2020. Essa trajetória ascendente em nível estadual é preocupante, pois reflete uma ampliação do déficit de saneamento entre os mais pobres. Comparativamente, Marabá apresenta os piores números, indicando a urgência de políticas públicas focadas em infraestrutura sanitária (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

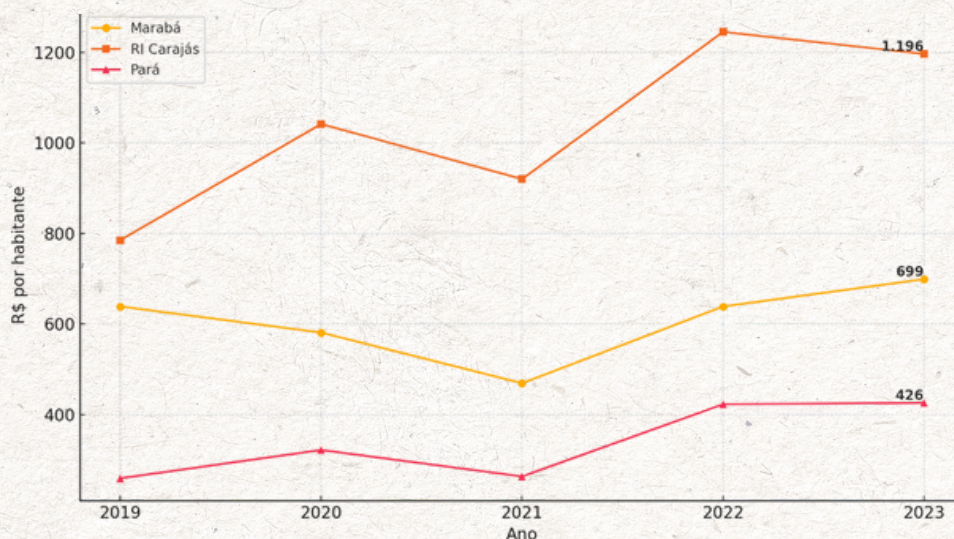


Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Marabá, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 640 em 2019, caindo para R\$ 581 em 2020 e para R\$ 471 em 2021, sinalizando um período de retração no investimento preventivo. A partir de 2022, há recuperação, com elevação para R\$ 642 e R\$ 699 em 2023. Apesar da oscilação, o valor final supera o inicial, refletindo possível reorientação de prioridades após 2021. Esse comportamento pode estar associado à resposta a eventos climáticos extremos ou revisões de planejamento estratégico (Gráfico 24).

Na RI Carajás, os valores foram sistematicamente mais altos. Em 2019, o gasto era de R\$ 786, subindo para R\$ 1.048 em 2020, caindo para R\$ 924 em 2021 e atingindo o pico de R\$ 1.255 em 2022. Em 2023, houve leve queda para R\$ 1.196, mantendo ainda patamar elevado. Já o estado do Pará apresentou crescimento constante: de R\$ 264 em 2019 para R\$ 426 em 2023, com destaque para a elevação entre 2021 e 2022 (de R\$ 265 para R\$ 420). Isso evidencia um esforço crescente no nível estadual e regional, embora Marabá ainda esteja abaixo da média da sua RI (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 699/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

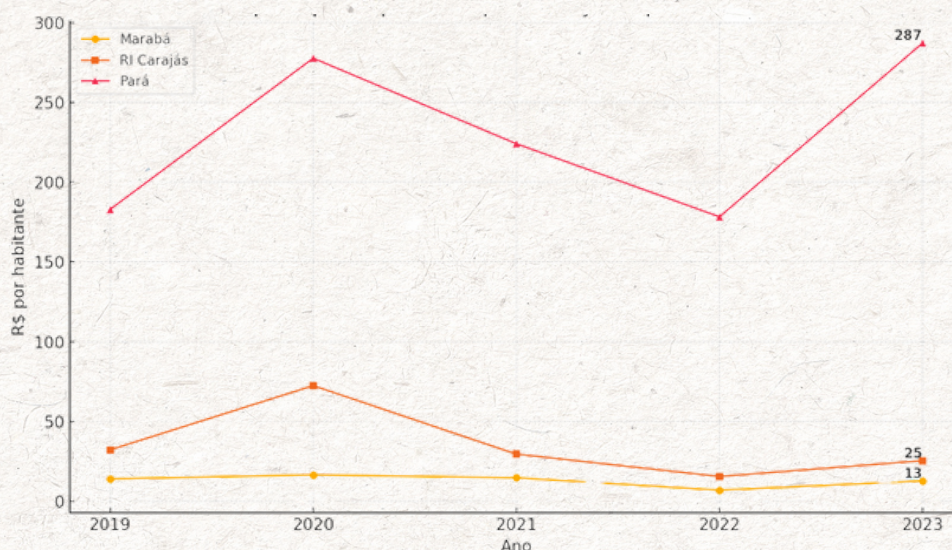
Despesa per capita com preservação aquática

A despesa per capita de Marabá com preservação aquática manteve-se em níveis muito baixos durante o período. Iniciou em R\$ 14 em 2019, subiu ligeiramente para R\$ 16 em 2020 e retornou a R\$ 14 em 2021. Em 2022, caiu para R\$ 9, mas subiu novamente para R\$ 13 em 2023. Ainda assim, o valor mais alto registrado no período foi de apenas R\$ 16, o que representa uma baixa priorização da pauta hídrica no município. A variação foi pequena e pouco expressiva em termos de impacto ambiental (Gráfico 25).

Na RI Carajás, os valores também foram

modestos, embora superiores aos de Marabá. Começaram com R\$ 33 em 2019 e atingiram o ápice de R\$ 74 em 2020, com queda progressiva para R\$ 27 em 2021 e R\$ 15 em 2022, encerrando com R\$ 25 em 2023. No estado do Pará, os gastos foram significativamente mais altos: de R\$ 183 em 2019, saltaram para R\$ 277 em 2020, caíram para R\$ 224 em 2021 e R\$ 179 em 2022, antes de voltar a subir para R\$ 287 em 2023. O destaque é o Pará, com forte retomada no investimento em 2023, contrastando com a estagnação municipal (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

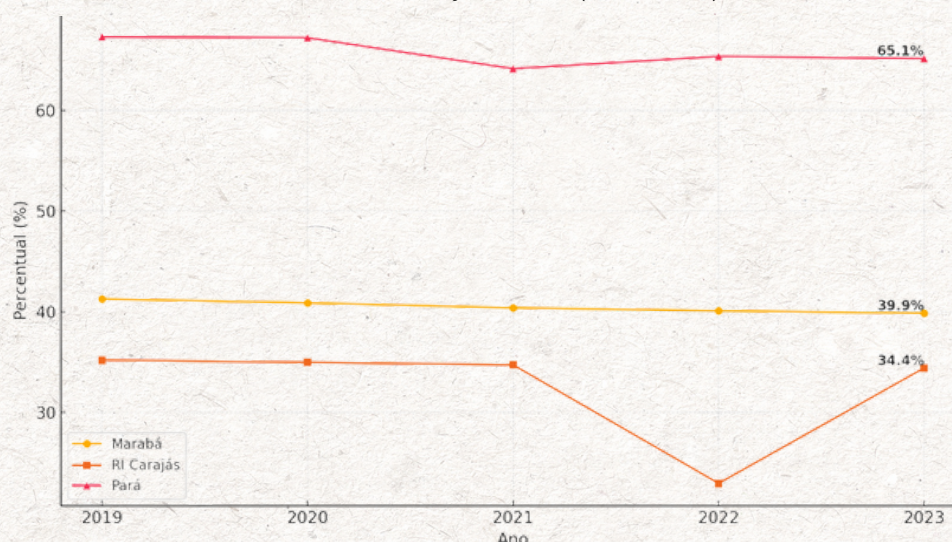
Em Marabá, o percentual da área coberta por floresta mostrou queda contínua. Em 2019, o índice era de 41,1%, reduzindo-se levemente para 40,8% em 2020 e 40,3% em 2021. Em 2022, houve nova queda para 40,0% e, por fim, 39,9% em 2023. Ainda que a variação pareça discreta, trata-se de uma perda acumulada de 1,2 ponto percentual em cinco anos. A tendência revela um avanço contínuo da supressão vegetal no território do município (Gráfico 26).

A RI Carajás apresentou com-

portamento semelhante, saindo de 35,2% em 2019 para 35,0% em 2020, e 34,7% em 2021. Em 2022, a queda foi acentuada para 23,5%, recuperando-se parcialmente para 34,4% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve a maior proporção de floresta: de 66,2% em 2019, repetiu o valor em 2020, mas caiu para 64,0% em 2021. Em 2022 e 2023, estabilizou-se em 65,1%. Apesar da estabilidade estadual, o recorte municipal revela fragilidade local na preservação florestal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

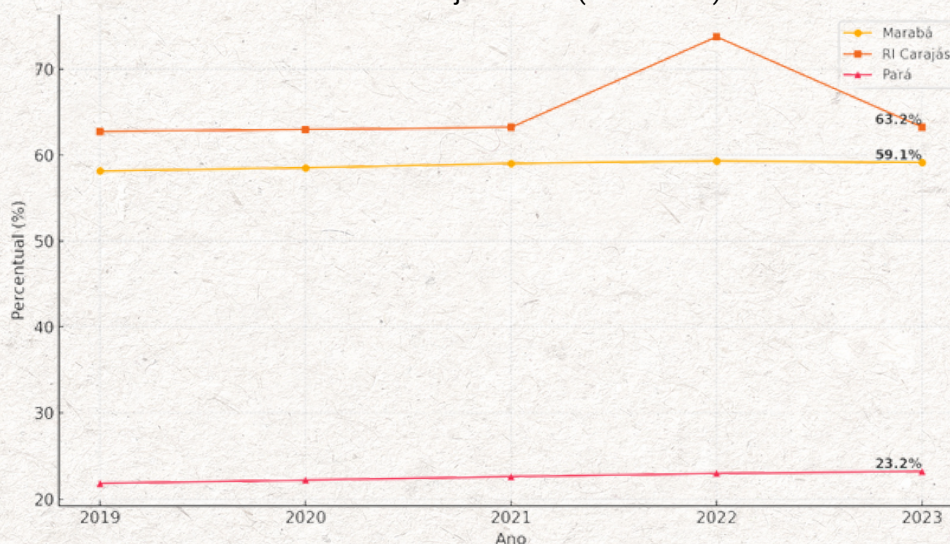
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Marabá, o percentual de área desmatada aumentou de 58,1% em 2019 para 58,4% em 2020, 58,6% em 2021 e 59,0% em 2022, finalizando em 59,1% em 2023. A elevação, embora sutil, indica avanço contínuo do desmatamento. Com quase 60% da área total já desmatada, o município apresenta um cenário preocupante de pressão sobre os recursos naturais. A constância desse avanço sinaliza a necessidade de ações mais efetivas de controle (Gráfico 27).

Na RI Carajás, a situação foi ainda mais grave, partindo de 62,7% em 2019, para 62,9% em 2020, 63,1% em 2021, e atingindo o ápice de 73,6% em 2022. Em 2023, o índice caiu para 63,2%, voltando ao patamar inicial. Já no estado do Pará, os índices são bem mais baixos: de 22,0% em 2019 para 23,2% em 2023, com aumento gradual. A comparação revela que tanto Marabá quanto sua região enfrentam níveis alarmantes de desmatamento acumulado, superiores à média estadual (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

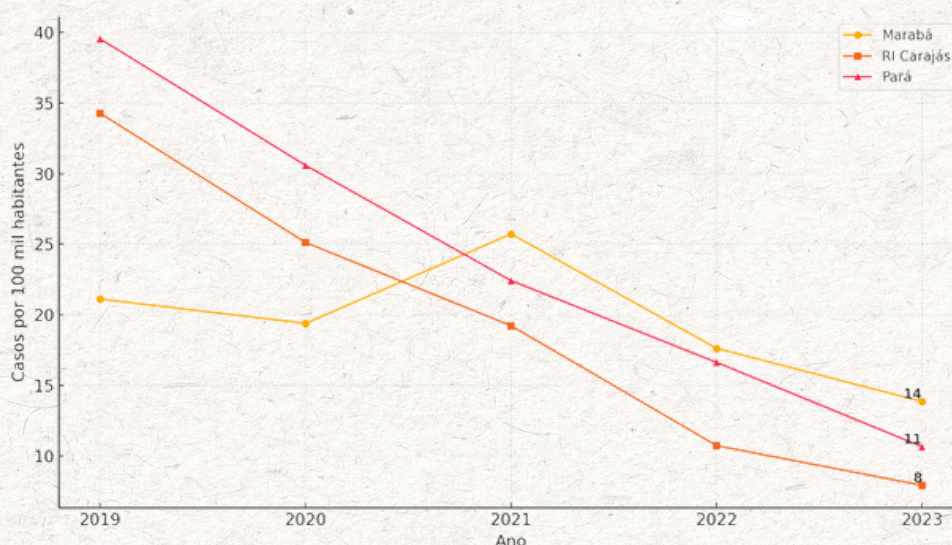
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Marabá, o trabalho infantil apresentou leve oscilação, iniciando com 21 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 19 em 2020. Em 2021, houve um pico com 26 casos, seguido por quedas sucessivas em 2022 (18) e 2023 (14). Ainda que tenha havido um aumento pontual em 2021, a tendência geral é de redução no indicador, com queda de 33% em relação a 2019. Esse movimento pode refletir ações de fiscalização e inclusão social localizadas (Gráfico 28).

Na Região de Integração de Carajás, a redução foi expressiva: de 34 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 8 em 2023, uma queda de 76%. O estado do Pará também apresentou queda consistente, saindo de 39 casos em 2019 para 11 em 2023. Os dados indicam progresso relevante no combate ao trabalho infantil nos três níveis territoriais. No entanto, em 2023, Marabá ainda superava Carajás e Pará, sugerindo a necessidade de reforço das políticas públicas no município (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

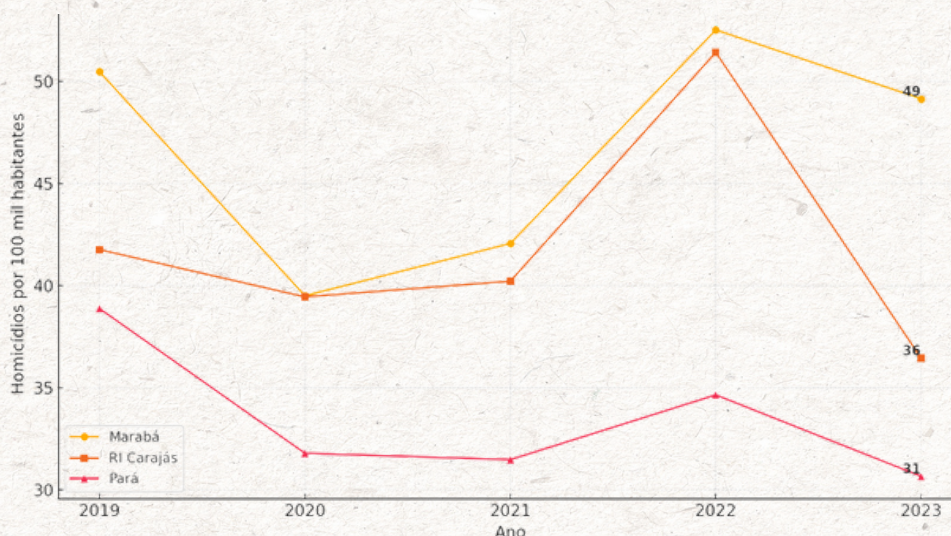
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Marabá, a taxa de homicídios apresentou variações acentuadas no período. Começou com 51 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 39 em 2020, e subiu para 42 em 2021. O maior valor foi registrado em 2022, com 52 homicídios, e em 2023 houve recuo para 49. Apesar da queda recente, o município permanece com índices elevados, superiores à média estadual (Gráfico 29).

Na RI Carajás, o comportamento foi similar,

com 42 homicídios em 2019, redução para 39 em 2020, e leve alta em 2021 (40). Em 2022, o índice saltou para 51, recuando para 36 em 2023 a maior queda no último ano. O estado do Pará apresentou os menores valores: de 39 em 2019, caiu para 32 em 2020, manteve-se em 31 e 34 nos anos seguintes, e voltou a 31 em 2023. O cenário aponta maior estabilidade e segurança relativa no estado, em contraste com a instabilidade e alta letalidade em Marabá e na RI (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



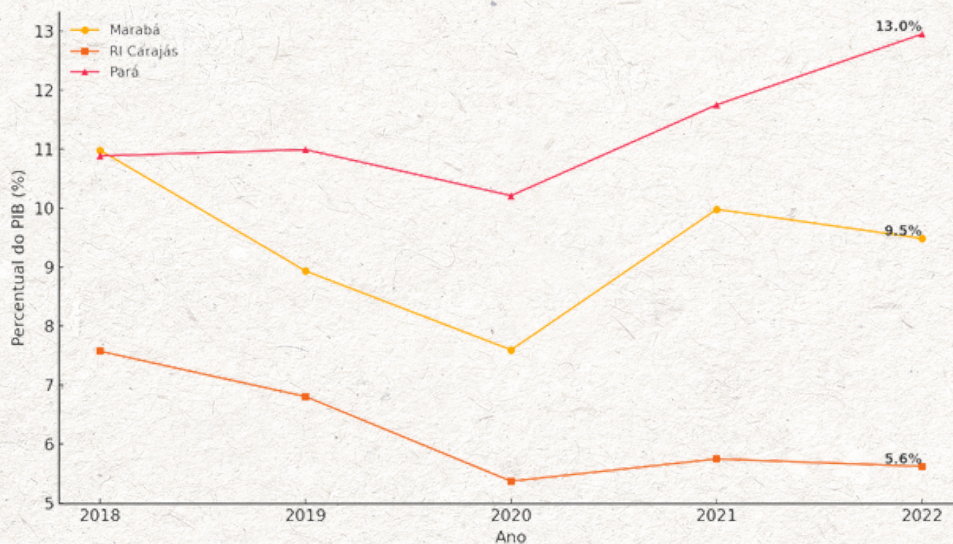
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Marabá, o gasto público municipal em relação ao PIB apresentou uma trajetória de queda entre 2018 e 2020, seguido por uma recuperação parcial. Em 2018, o percentual era de 11,0%, caindo para 8,9% em 2019 e atingindo o menor valor em 2020, com 7,6%. A partir de 2021, houve elevação significativa para 10,0%, encerrando 2022 com uma leve retração para 9,5%. Apesar da recuperação, o valor final ainda é inferior ao de 2018. A oscilação pode refletir variações no orçamento local e mudanças no comportamento do PIB municipal (Gráfico 30).

Na Região de Integração de Carajás, o indi-

cador seguiu uma tendência descendente mais constante. O percentual era de 7,6% em 2018, recuando para 6,8% em 2019 e para 5,4% em 2020, com discreta elevação para 5,8% em 2021 e leve queda em 2022 para 5,6%. Já o estado do Pará apresentou aumento expressivo nos últimos anos: de 11,0% em 2018 e 2019, caiu para 10,2% em 2020, mas subiu para 11,7% em 2021 e atingiu 13,0% em 2022. Isso indica um reforço estadual na presença do gasto público, ao passo que a RI e o município de Marabá mostraram menor capacidade de reação em termos proporcionais (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Marabá x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

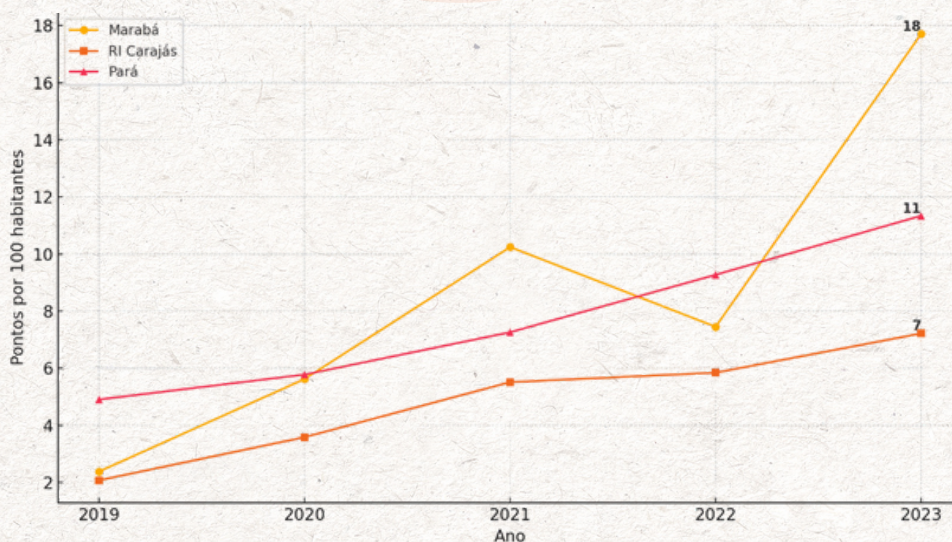
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Marabá, a taxa de acesso à banda larga fixa apresentou forte expansão, apesar de oscilações. O índice era de 2,3 pontos por 100 habitantes em 2019 e subiu para 5,7 em 2020. Em 2021, alcançou 10,2, caindo depois para 7,5 em 2022, mas com uma disparada em 2023 para 18 pontos o maior valor entre os três recortes. Essa trajetória revela expansão rápida da infraestrutura digital, com provável impacto positivo em conectividade e acesso a serviços (Gráfico 31).

Na RI Carajás, o indicador partiu de 2,0 em

2019, subindo de forma contínua até 5,6 em 2021, 5,9 em 2022 e 7,0 em 2023. O crescimento foi mais lento, porém constante. No estado do Pará, o acesso evoluiu de 4,9 pontos em 2019 para 11,0 em 2023, com destaque para o salto entre 2022 (9,2) e 2023. Comparativamente, Marabá superou tanto a região quanto o estado, sugerindo maior investimento ou adoção acelerada da banda larga no município. Esse avanço pode favorecer o desenvolvimento econômico, educacional e social local (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Marabá x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

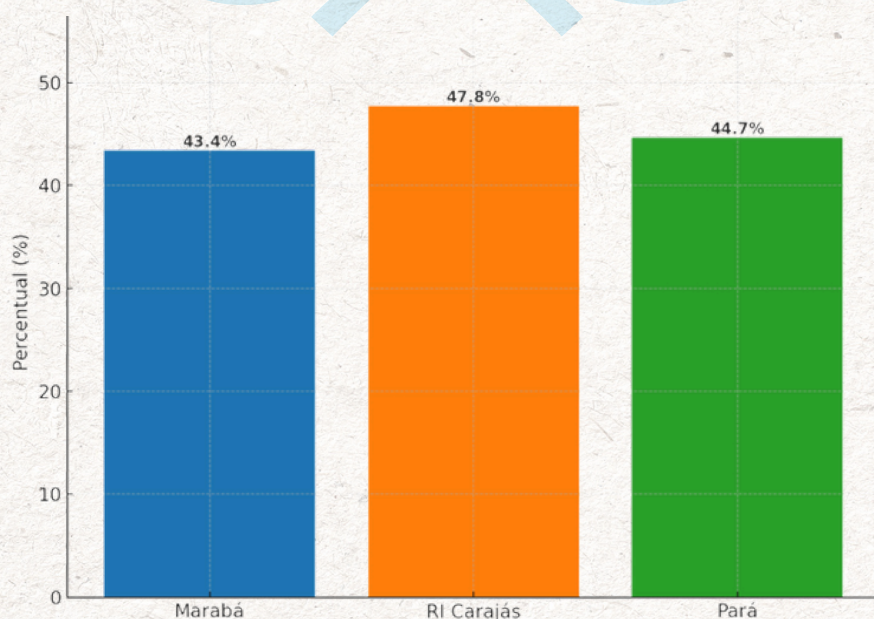
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Marabá** registrou um IDS de **43,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Marabá x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



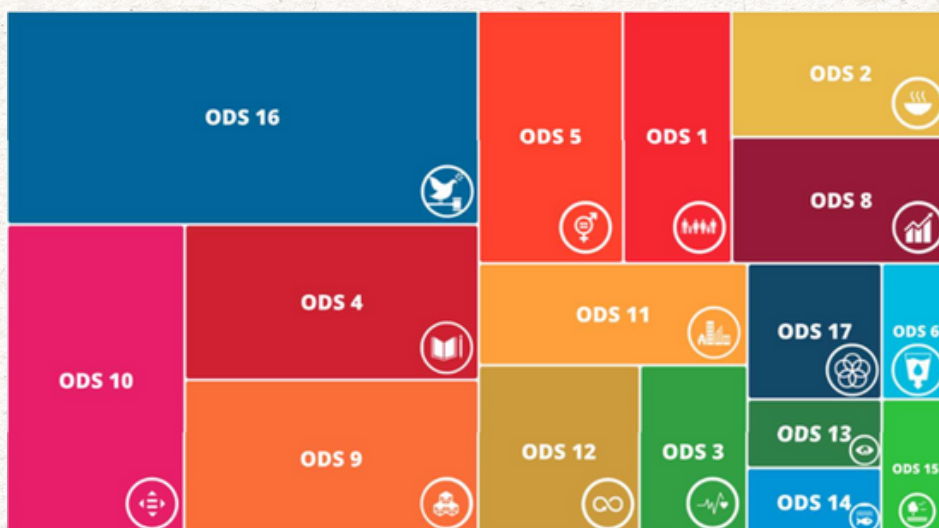
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Marabá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Marabá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

